

SESSÕES DO PLENÁRIO

77ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 25 de setembro de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO PEDRO TAVARES (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rosenberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Targino Machado, Tiago Correia, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (52)

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Marquinho Viana comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 16/9/2019.

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões: 53ª Sessão Especial, realizada em 17 de setembro 2019; Sessão Ordinária realizada em 18 de setembro de 2019; e 17ª Sessão Extraordinária, realizada em 18 de setembro de 2019.

Os Srs. Deputados que aprovam as atas permaneçam como estão.

(Pausa)

Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Pequeno Expediente (**Oradores Inscritos.**). Com a palavra o nobre deputado de Feira de Santana, o deputado Pastor Tom.

O Sr. PASTOR TOM: Inicialmente eu quero agradecer a Deus por essa oportunidade, cumprimentar aqui o presidente em exercício, deputado Pedro Tavares, deputado experiente – quem sou eu diante da experiência dele, quem sou eu? –, cumprimentar aqui os demais deputados, a imprensa e todos vocês que nos assistem.

Hoje está acontecendo um evento aqui na cidade de Salvador, especificamente ali no hotel Fiesta, a 41ª Convenção Estadual da Igreja do Evangelho Quadrangular. Para mim, é motivo de muita alegria. A Igreja do Evangelho Quadrangular, ela vai completar 50 anos aqui no Nordeste, e na Bahia, em Feira de Santana, foi no dia 21 de novembro de 1969 que a igreja foi fundada pelo pastor Josué Bengtson.

Então a Igreja do Evangelho Quadrangular, ela está aqui na Bahia há 50 anos. E o interessante é que a gente vê transformações de pessoas que entraram na igreja, pessoas que a sociedade rejeitou, como as pessoas que foram drogadas um dia, pessoas que foram homicidas um dia, pessoas que não tinham credibilidade com a sociedade. A igreja foi e amparou aquelas pessoas, e tratou daquelas pessoas, e aquelas pessoas retornaram para a sociedade com caráter, com personalidade e fazendo história.

Aqui eu quero aproveitar essa oportunidade para dizer aos meus colegas que, para mim, é motivo de muita alegria participar e pertencer à Igreja do Evangelho Quadrangular na Bahia. E, diga-se de passagem, a nossa igreja é uma igreja que já está no Brasil todo, aliás, em vários locais do mundo.

Deixar bem claro que as igrejas evangélicas não têm ajuda do governo municipal, não têm ajuda do governo estadual, não têm ajuda do governo federal, mas, mesmo assim, vêm fazendo um belíssimo trabalho no Brasil. Muitas vezes os pastores são apedrejados, muitas vezes eles recebem essas pessoas na sua casa, abrem a porta da sua casa, abrem a igreja para cuidar dessas pessoas, tratam dessas pessoas e as entregam à sociedade. Vejo muitas pessoas desonrando, falando mal, falando mal e muito mais. Mas, se depender de mim, aqui, nesta Casa, estarei defendendo e honrando os pastores, não só os da Igreja do Evangelho Quadrangular, mas os pastores de todas as denominações da Bahia, porque eu sei o que um pastor passa, eu sei das suas dificuldades, eu sei das suas necessidades. Das suas necessidades. Muitas vezes, vêm fazendo um trabalho de ONG, que recebe ajuda financeira, e as igrejas não recebem.

Então eu quero aproveitar este momento para parabenizar a Igreja do Evangelho Quadrangular, quero parabenizar os convencionais que estão participando deste grande congresso, a 41ª Convenção Estadual de Pastores, aqui, na Bahia, ali no Fiesta. Em nome do pastor Valdemar Jacinto Costa, presidente da igreja na Bahia... eu quero parabenizar o mesmo e dizer também para esta Casa que a nossa igreja vai fazer aqui uma sessão especial, no dia 13 de novembro, onde iremos comemorar 50 anos da Igreja do Evangelho Quadrangular na Bahia. Então, 50 anos não são 5 anos, não são 10 anos, não são 20 anos, são as bodas de ouro. A igreja está de pé na Bahia, trabalhando incansavelmente no sentido somente de salvar vidas, de valorizar pessoas, valorizar o ser humano, é isso que as igrejas têm feito a nível de Bahia.

Então está aqui... está aqui o meu pronunciamento, falando dessa Igreja do Evangelho Quadrangular, que tem trabalhado incansavelmente por Salvador, por toda a Bahia. Só para dizer para vocês, em Salvador nós já temos mais de 100 igrejas do Evangelho Quadrangular, aqui na cidade de Salvador.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Em cada bairro desta cidade nós temos uma igreja. Estamos trabalhando para chegar em cada bairro, mas já estamos pontuando aí dezenas e dezenas de bairros com a Igreja do Evangelho Quadrangular. Para mim, é motivo de muita alegria pertencer a essa igreja porque a minha vida tem duas histórias, uma antes de entrar na igreja e outra após entrar na igreja, onde eu aprendi a honrar, onde aprendi a respeitar, onde eu fui discipulado, essa igreja onde Deus também me deu caráter.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então eu quero concluir as minhas palavras dizendo o seguinte: que posso todas as coisas naquele que me fortalece, que é o Rei dos reis, o Senhor dos senhores, o Leão da Tribo de Judá. Oh! glória!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Com a palavra... A deputada Olívia fez uma permuta com o deputado Jacó, não é deputada Olívia? Então, com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, colegas deputados, deputada Olívia, agradeço pela generosidade, colegas da imprensa, pessoal da tribuna, pessoal da *TV ALBA*, do cafezinho, da segurança, queria, inicialmente, saudar Betinho, presidente da Câmara de Vereadores de Iramaia, que está aqui neste plenário, queria saudar a sua visita a esta Casa, ao nosso gabinete, acompanhado do companheiro Becão. Queria dizer da nossa alegria, Betinho, de recebê-lo aqui no nosso gabinete e na nossa Casa, com certeza o povo de Iramaia está bem representado através da sua liderança.

Queria aproveitar para mandar um feliz aniversário para minha amiga irmã, Regina Toldão, de Santa Rita de Cássia, uma guerreira, uma lutadora dos movimentos sociais, uma mulher de luta, uma mulher empoderada e que ajuda a promover o bem-estar social e ajuda o fortalecimento de muitas políticas públicas no município de Santa Rita. Feliz aniversário, Regina, muita paz e saúde.

Queria também trazer aqui hoje que eu recebi no meu gabinete o vereador mais votado da última eleição no município de Central, que é o professor Renato, o professor Renato é o meu pré-candidato a prefeito no município de Central.

Quero mandar um alô para o sindicato dos servidores de Central, da APLB, mandar um abraço para o povo de Central e dizer que estamos juntos com o professor Renato, esse líder guerreiro que mostrou a sua força e que, com certeza, vai fazer muito mais pelo povo daquela terra. Recebi, junto com o professor Renato, o engenheiro civil Renilson, os advogados Dr. Alano, Dr. Túlio e o professor Eribelton.

Queria chamar a atenção e avisar ao povo desta terra que no território de Irecê, deputado Marcelino Galo, nosso partido está se organizando, e vamos ter pré-

candidaturas em diversos municípios. Eu queria, Pastor Tom, saudar os nossos pré-candidatos do Partido dos Trabalhadores em diversos municípios, a exemplo da candidatura de Rosemário, em América Dourada; de Danilo Rocha, em Ibipêba; de Normandes, em São Gabriel; de Erasmo, em Ipupiara; do companheiro Elmo, que vai ser candidato a reeleição com o nosso apoio; em Uibaí nós estamos construindo uma alternativa; em Central é o professor Renato. Enfim, estamos construindo, fortalecendo o nosso partido para que a gente possa marchar nas eleições do ano que vem com muita força política e social, para que a gente possa fazer a defesa, com veemência, da prisão ilegal do nosso presidente Lula, denunciar esse desgoverno que está acontecendo no nosso país e, assim, poder avançar nas políticas públicas para o nosso povo.

Queria também dizer que recebi no meu gabinete o secretário de organização do PT de Guanambi, o companheiro Gilmar, que foi eleito agora, no último domingo, para a executiva municipal. Dizer para o povo de Guanambi do nosso apoio, do nosso carinho por esse companheiro de luta e que ele foi um apoio fundamental na eleição da nossa companheira Valda, que é uma companheira de luta e que se elegeu, uma mulher, presidenta do PT de Guanambi.

Queria dizer ao nosso povo que recebi os dirigentes do Movimento por Terra e Moradia, Mourival e Chico, em nosso gabinete. Conversamos sobre as demandas do movimento e nos colocamos à disposição para ajudar a fortalecer a luta dos movimentos sociais aqui na Bahia, porque o nosso mandato é um mandato que representa o conjunto dos movimentos sociais na Bahia.

Para finalizar, eu queria dizer que hoje pela manhã nós fizemos uma coletiva, onde nós denunciemos, deputado Marcelino, deputada Olívia, a prisão política da deputada federal Louisa Hanoune, no país Argélia, na África. Ela está sendo perseguida pelo governo ditatorial daquele país, foi presa injustamente...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) ela foi uma deputada federal de cinco mandatos, é secretária-geral do partido dos trabalhadores nigeriano, foi três vezes candidata a presidenta da República daquele país, e ela, após renunciar ao seu mandato, em sintonia com os movimentos sociais que ocupam as ruas daquele país há mais de 3 anos, há mais de 3 meses, pede uma nova eleição, pede uma nova Constituinte...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) Ela, por se posicionar dessa forma, foi presa injustamente e ontem recebeu uma condenação de 15 anos de prisão, de forma ilegal e arbitrária. Fica aqui o nosso apoio, nossa solidariedade ao povo da Nigéria e à deputada Louisa Hanoune.

Um forte abraço! Dizer ao presidente: obrigado pela tolerância e Lula livre.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Com a palavra, o deputado Marcelino Galo, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Sr. Presidente, deputado Pedro Tavares, nobres deputadas e deputados, deputada Olívia, senhores das Galerias, senhores e

senhoras servidores desta Casa. Na sexta-feira, às 9h da manhã, deputada Olívia, estaremos realizando uma sessão especial para fazer uma homenagem aos 10 anos de vida e de fundação da Coetrae-BA, que é a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo. Então, veja bem, uma coisa que a gente vai homenagear, mas é sinistro, em pleno século XXI, se falar em trabalho escravo. Essa comissão já fez o resgate no Brasil, nesses 10 anos, de 50 mil trabalhadores e trabalhadoras que foram resgatados da condição de trabalho análogo à escravidão. Na Bahia, foram 3.450 trabalhadores, sendo que aqui em Salvador, na capital do estado, 940 trabalhadores.

Então, deputada Olívia, nos envergonha viver uma realidade em que ainda tenha que ter uma ação estruturada para combater o trabalho escravo. Aqui neste país, onde perdurou por maior tempo, durante a sua história, foram 360 anos de escravismo, para onde mais de 5 milhões de negros e negras foram trazidos à força, ali da África para o Brasil. E nesses números não são computados aqueles que morreram durante o percurso do transporte em condições humanas das mais degradadas possíveis, se é que se pode dizer que era uma condição humana.

Então, deputado Euclides, essa mancha da história do Brasil não foi devidamente passada a limpo. O Brasil não fez a sua autocrítica ao longo da sua história, não fez a reparação devida, talvez hoje a sociedade pague um preço muito alto, porque as senzalas foram transferidas para as favelas e ali é o extermínio. Na última semana foi uma criança de 8 anos, uma criança negra que foi fuzilada pelas costas, no que se disse ser uma ação policial.

Hoje as senzalas estão nas favelas e os senhores de engenho, de escravo estão ali com o seu aparato repressivo com a polícia exterminando essa população. Então, em nome de uma política de combate às drogas, eles fazem verdadeiros crimes e ainda tem um verdadeiro, um grotesco, um brutal, um bruto como aquele governador do Rio de Janeiro, que sai a comemorar, como se fosse um gol, o assassinato de um ser humano. Esta situação não pode perdurar, por isso que eu convido todos os deputados...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para que aqui, na sexta feira, façamos essa homenagem e reflitamos sobre como permanece a escravidão e o escravismo, essa prática hedionda aqui no nosso país.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Com a palavra, o nobre deputado de Jequié, o amigo, deputado Euclides Fernandes, logo depois o deputado Hilton, e logo depois o deputado Adolfo e o deputado, nosso Líder, Targino Machado. Não, desculpe, desculpe. Deputado Euclides, V. Ex.^a me perdoe. Na verdade, foi feita uma permuta do deputado Jacó com a deputada Olívia, mas deputada Olívia, *gentleman* do jeito que ela é, o deputado fala, logo depois ela fala.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: Sr. Presidente Pedro Tavares, excelente deputado estadual já de vários mandatos, Srs. Deputados, agradeço à deputada Olívia, do PCdoB.

Ontem mesmo eu fiz aqui um pronunciamento com referência ao Flávio Dino, do Maranhão, excelente governador e homem público, sobre a entrevista que ele deu no *Roda Viva*, da *TV Cultura*, segunda-feira. Já mandei até pedir à *TV Cultura* para me mandar um CD com a entrevista dele.

Então, Sr. Presidente, próximo ano vai ser o ano das eleições municipais. Em todo o Brasil, nós teremos as mudanças dos governantes em nível de prefeitos, vice-prefeitos e Srs. Vereadores. Na Bahia, nós vamos, evidentemente, como um estado do Brasil, vamos estar presentes nessas eleições municipais em todos os nossos municípios, e já se começa, Sr. Presidente, meu caro Adolfo, o rei lá do São Francisco, de Campo Formoso, com certeza os partidos políticos já começam a se movimentar, a buscar agregar novas lideranças municipais, buscando o fortalecimento do partido, com vistas às eleições do próximo ano. E aqui eu já tenho acompanhado as movimentações dos partidos políticos e vejo acentuada ação política buscando lideranças dos municípios com possibilidade de postularem a candidatura ao cargo de prefeito. Principalmente do PSD, de Otto Alencar, que até já declarou em público o projeto de eleger 100 prefeitos no próximo ano de 2020 e tem feito realmente um excelente trabalho de conquista, de buscar e agregar lideranças políticas municipais para os quadros do PSD.

Quem está também aí nessa construção de trazer novos agentes políticos municipais é o nosso vice-governador, o João Leão que não para, é político 24 horas, com uma intensa energia e que continua nesse trabalho de fortalecimento do PP, Partido Progressista. Agora mesmo nós já temos aí publicada pela imprensa a movimentação do João Leão para trazer para os quadros do PP o presidente da Câmara de Vereadores de Salvador, um postulante, inclusive, ao cargo de prefeito, o vereador Geraldo Júnior. Então o nosso vice-governador, como sempre um político atuante, um político que é bastante vigoroso, está já nessa luta.

Esse confronto entre o PP e o PSD, essa batalha que nós vamos ter evidentemente no ano de 2020, nas eleições municipais. Qual o partido que vai eleger mais prefeitos e vereadores em 2020?

Então, Sr. Presidente, estamos observando essa movimentação política, visando as eleições de 2020, as eleições municipais. E nós temos aí a reforma eleitoral...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) Na reforma eleitoral o que mudou no que diz respeito às eleições proporcionais para o cargo de vereador? Que não terá coligação como a legislação da eleição anterior permitia, a coligação de partidos políticos, formando então uma legenda, uma massa de votos para daí serem definidas as vagas...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) do partido político. E, na próxima eleição, de 2020, não teremos coligação na eleição proporcional, a legislação eleitoral só vai permitir coligação na eleição majoritária.

Sr. Presidente, atendendo a V. Ex.^a, que já me soou a campanha por duas vezes, eu quero dizer que eu acho muito bonita essa movimentação política dos partidos,

principalmente como nós estamos observando o PSD e o PP em buscar agentes políticos para fortalecer o partido para as eleições municipais de 2020.

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Muito bem, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Gostaria de convidar, para fazer uso da palavra, a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados, servidores desta Casa, profissionais da imprensa, visitantes, quero inicialmente saudar e agradecer, em nome do PCdoB, ao deputado Euclides pela fala de ontem e de hoje reafirmando a valorosa entrevista do nosso governador Flávio Dino. Ele teve uma postura de estadista que defende o Estado democrático de direito, que sabe defender um projeto de Nação, que dá orgulho ao Partido Comunista do Brasil e ao povo brasileiro.

Foi uma entrevista que teve repercussão nacional, que revelou e reafirmou ao Brasil a qualidade do quadro que Flávio Dino é e o quanto ele tem a ensinar a esse presidente que tanto nos envergonha. É exatamente o contrário a repercussão da fala do presidente nas Nações Unidas. Causou vergonha! A entrevista de Flávio Dino nos orgulha e a fala do presidente Bolsonaro nos causa vergonha! E, ainda mais, entre os desatinos, as aberrações que ele falou, a atitude subserviente, servil ao presidente Trump dos Estados Unidos. Além disso teve o disparate de dizer, na reunião das Nações Unidas, que os médicos cubanos não são nem médicos! Esquecendo ele, ou melhor, deve nem saber que a OPAS, que é uma organização das Nações Unidas, reconhece, elogia e valoriza, portanto, os médicos cubanos que saem em missão mundo afora. E não foi, portanto, apenas a experiência do Mais Médicos, mas Cuba tem tradição! Na área da saúde é um dos países com melhor desempenho na saúde pública. E, portanto, nosso presidente, mais uma vez dá um tiro no pé.

Mas eu quero também destacar que estive na audiência pública... aliás, saí do consultório médico onde eu estava fazendo a revisão de uma cirurgia que fiz aqui no olho direito, mas vim correndo aqui para esta Casa e tive a oportunidade de ver, vivenciar a audiência pública feita em defesa da Petrobras, da sede da Petrobras na Bahia, da estrutura da Petrobras no estado da Bahia. Os trabalhadores que aqui vieram fizeram uma sessão memorável, uma audiência pública memorável que reuniu mais de 1,5 mil pessoas. E quero aqui chamar a atenção de que esta pauta, esta causa precisa ser a causa de todo o povo baiano, de todo o povo nordestino, de todo o povo brasileiro que defende um conceito de soberania nacional.

A Petrobras é uma empresa estratégica. A Petrobras impulsiona o desenvolvimento local, impulsiona o desenvolvimento regional. Esse plano perverso do presidente Jair Bolsonaro de sair fechando as estruturas da Petrobras em toda a Região Nordeste vai gerar 11.075 trabalhadores efetivos desempregados! É isto que vai acontecer: mais desempregos aqui na Bahia, e mais particularmente em Salvador. Você ter a sede da Pituba fechada, que é tradicional, que é uma referência, que é um símbolo para nós, que vai demitir por este plano deletério 2,5 mil trabalhadores, que vai mandar para o Sul do Brasil 1,5 mil trabalhadores, deputado Hilton, especializados!

É mão de obra especializada! É perda de inteligência! A Petrobras é a nossa empresa, como eu disse, estratégica e que tem um dos maiores...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) centros de desenvolvimento de pesquisa, centro de desenvolvimento da ciência na indústria.

Portanto, nós temos que entender o que significa esse golpe para o estado da Bahia e fazer novas ações, deputado Paulo Magalhães. Novas ações mais amplas...

O Sr. Paulo Câmara: Paulo Câmara, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Paulo Câmara! É a similaridade no projeto que faz eu confundir...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o sobrenome, não é? Desculpa!

Mas finalizando, Sr. Presidente, dizer que essa não é uma pauta que interessa apenas aos trabalhadores da Petrobras, ...

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Para concluir.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) mas interessa a todo o estado da Bahia. Temos que ir às ruas, a população baiana tem que defender o nosso patrimônio, porque o Nordeste não tem vocação para a escravidão, para a servidão, para a miséria e para a pobreza. O petróleo é nosso, pertence ao povo brasileiro, e o Nordeste é parte do Brasil e da Bahia, principalmente.

Muito obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Muito obrigado, deputada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, imprensa que nos acompanha e população que também acompanha essa sessão através da TV ALBA, queremos, primeiro, resgatar que, na semana passada, tivemos uma audiência pública extremamente produtiva, porque fizemos um balanço em relação aos ataques à saúde do trabalhador no Brasil, concretamente mais uma operação desmonte do governo Jair Bolsonaro, que vem acabando com a legislação de proteção ao trabalhador, seja à segurança, seja à saúde do trabalhador. O Brasil tem recordes internacionais de acidentes de trabalho. E essa situação do desmonte do nosso Ministério do Trabalho e da legislação que protege os trabalhadores é uma política de mutilação e uma política de assassinato, porque vai ser pago com vidas.

Infelizmente, o que nós percebemos é que, na Bahia, também paira uma ameaça muito grande, que é a possibilidade da extinção do nosso Cesat: Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador. É um centro que nasceu na década de 80, no momento de efervescência dos movimentos sociais, e se constituiu numa referência nacional de defesa da saúde do trabalhador, da segurança e da saúde do trabalhador. Um centro que desenvolve atividades de prevenção, de sistematização do

conhecimento, de incremento das relações na defesa da saúde e da segurança do trabalhador da Bahia como uma referência nacional. É, portanto, um grande aparelho que o governo ameaça inclusive, vereador Tiago, com a venda do próprio prédio da Cesat. O discurso de desestruturação, de redução das atividades do Cesat na Bahia já vinha circulando nos ambientes da classe trabalhadora, e agora o governo manda fazer um estudo para a venda do prédio do Cesat, que fica no bairro do Canela.

É uma situação absurda que já está sendo respondida pela Central Única dos Trabalhadores, por outras centrais e por sindicatos. E, assim, assumimos a posição de fazer uma carta aberta à sociedade, assinada pelo conjunto do movimento sindical.

Esse processo já está em curso, com diversos sindicatos e centrais assinando essa carta aberta, que exige que o governador Rui Costa – além de não desestruturar o Cesat com a venda do seu prédio – incremente o seu funcionamento no atual contexto, no qual é preciso enfrentar a política, como eu disse, conservadora, mutiladora e assassina do governo Jair Bolsonaro.

Queremos registrar também a mobilização da comunidade do Subúrbio contra a demolição do nosso trem. Já tratamos desse tema aqui diversas vezes, e agora queremos registrar que foi realizado hoje, na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, um debate com o representante da empresa chinesa responsável pela construção do monotrilho. Se esse transporte – que é sobre pneus – for implementado, ele vai demolir o nosso trem do Subúrbio, extirpando, afundando completamente a possibilidade de termos, por exemplo, o trem regional.

O representante dessa empresa admitiu que até agora não existe um projeto executivo. Mesmo assim, já está marcada para a semana que vem, início de outubro, a construção desse monotrilho que o governo vai impor. Repito, o representante dessa empresa chinesa admite que não existe nem projeto executivo, procedimento indispensável para as comunidades conseguirem entender como elas serão vitimadas por essa proposta.

É uma situação absurda de perda, a meu ver, da própria soberania nacional, na Bahia...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Então é inaceitável o silêncio desta Casa.

Por fim, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar que hoje pela manhã foi realizada uma manifestação do Serpro e da Dataprev contra a privatização dessas instituições, deputada Olívia, estratégicas para o Brasil, já que elas simplesmente sistematizam os dados sobre a população brasileira nos mais diversos aspectos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Só para concluir, Sr. Presidente, com a sua tolerância.

(...) Dados estratégicos que podem passar para a mão da iniciativa privada, que poderá negociar o domínio desses dados, inclusive, com outros países.

É mais uma luta contra uma proposta absurda, que se soma à luta contra a privatização da água que a Embasa quer fazer...

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Para concluir.

O Sr. HILTON COELHO: (...) E se soma à luta dos trabalhadores da Petrobras, que realizaram aquele grande ato aqui na segunda-feira. Também se soma à luta dos trabalhadores dos Correios, que realizarão amanhã, a partir das 14h, no auditório desta Casa, um grande ato em defesa dessa empresa, contra a privatização das estatais e pela reafirmação da própria independência do nosso Brasil.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Muito obrigado, deputado.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Com a palavra o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Sr. Presidente, como a sessão está tranquila, eu acredito que V. Ex.^a poderia consultar os Líderes para que todos falassem no Pequeno Expediente. É uma sugestão.

Sr. Presidente, eu gostaria que marcasse o tempo a partir de agora, por favor. Cinco minutos passam rapidamente.

Sr. Presidente, o plenário está vazio, então vou deixar para falar sobre esse absurdo dessa cota de mulheres quando tivermos mais deputados na Casa. Deputada Olívia, não se espante, ninguém é contra, mas eu não entendo a cabeça desses ministros. Quem é contra uma mulher ser deputada? Para mim mesmo e, tenho certeza, para todos os colegas seria um prazer que esta Casa tivesse 50%, 60%, 70% de mulheres.

Tem alguma lei que proíbe, deputado Targino, de mulher ser candidata? Não tem lei. Mas agora o Supremo quer obrigar, com a sua última decisão, que as mulheres tenham voto!

Vou dar como exemplo, deputada Olívia, Campo Formoso. Lá, como em todo o Brasil, não é proibido mulher ser candidata. Mas vamos ser obrigados a dar voto às mulheres? Elas vão ter o mesmo direito dos homens no fundo partidário. O.k. Você é obrigado a ter 30%, deputado Targino, de mulheres. Tudo bem. E agora tem uma decisão que diz que a candidata, para demonstrar que não é laranja, vai ser obrigada a ter voto. Quer dizer, vamos ser obrigados a trabalhar para a mulher.

Não é que a gente não queira privilegiar a mulher, mas se eu não tenho uma candidata que interessa ao meu grupo, por exemplo, em Campo Formoso, por que vou ter de dar voto para ela, deputada? Eu não entendo a cabeça desse ministro.

Vou dizer mais uma vez: não tenho, como ninguém tem, nada contra as mulheres. Elas têm ainda mais capacidade do que os homens para exercer qualquer função, principalmente na política. Agora, querer obrigar a ter voto?! Então é melhor, deputado Targino, voltar à época do governo militar e eleger logo numa lista, que diria quantas mulheres seriam eleitas. Pelo menos acabariam os problemas desse negócio de laranja, como houve na última campanha, quando – diante dessa lei estúpida que obriga a botar mulher – os chefões dos partidos, com raras exceções, usaram o dinheiro de outra forma.

É por isso que este país não vai para lugar nenhum, deputado Targino. Isto aqui é uma republiqueta que não vai para lugar nenhum. Este país vive em guerra... Claro, quem não tem coração para se sentir pai daquela criança, para se sentir avô daquela

criança? Mas não falam nada em relação às dezenas de policiais que morrem todos os dias.

Sei que a maioria da comunidade é composta por cidadãos, por trabalhadores de bem. Mas pergunto: como a polícia vai enfrentar uma bandidagem daquela, que está armada com mais de 5 mil fuzis que nem as Forças Armadas têm? O cara vai levar rosas? A polícia vai chegar com um buquê? É uma guerra! Você imagina como se sentem os pais e a esposa de um policial com a quase certeza de que ele pode não voltar para casa?

E o Congresso não legisla aplicando uma pena de 50 anos ou o que for. Porque nós não vamos melhorar a segurança, a guerra, com conversa fiada, só com o negócio de direitos humanos, que ninguém é contra...

Deputada Olívia, é uma forma de a senhora pensar que eu discordo. Essa demagogia levou o Brasil à situação do Rio de Janeiro.

Eu cheguei, agora, em Singapura, e no avião você recebe um papel que já diz: a única pena para droga é a morte. É por isso que é o melhor país do mundo. Eu estive agora na Indonésia, deputado Targino, no avião já entregam um papel: droga, a única pena é a morte. É por isso que lá não tem essa barbárie que existe...

Então, se nós queremos fazer de conta que só com conversa, só com conversa vai melhorar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Deputado, um pouquinho da sua tolerância, Sr. Presidente. Como está tranquilo, um pouquinho da sua tolerância.

Entendeu, deputado Targino. Ninguém, em sã consciência, é a favor da violência. Quem não gostaria de viver num país em que o índice de criminalidade fosse zero? Não tem governador Rui Costa, não tem ACM Neto, não tem mágico...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) enquanto continuar da forma que nós estamos no Brasil, a tendência... Deputada, é uma questão, nós estamos numa democracia, é uma questão de visão, deputada Olívia. Eu vi aqui o deputado Álvaro defender o regime de Cuba, que nem ovo tem, nem ovo tem, e não sou eu quem está dizendo. Há poucos dias uns músicos vieram fazer uma apresentação em Recife e pediram asilo. Se abrissem as portas para que todo mundo tirasse passaporte, não ficava quase ninguém na ilha.

Claro que nós sabemos reconhecer o investimento na saúde, o investimento na educação, mas não é à toa, deputada Olívia... E se Cuba fosse só maravilha, o cara não iria se arriscar numa câmara de ar, ser devorado pelos tubarões, para atravessar o Atlântico para Miami.

Então, é uma questão de visão; se V. Ex.^a e seu partido defendem, eu tenho de respeitar, mas é minha forma de pensar. É por isso que o Brasil está com esse faz-de-conta, se gasta igual a país de primeiro mundo na educação e o dinheiro é todo desviado, são carretas de livros que são jogados fora nas escolas, e por aí vai.

Eu precisava, pelo menos, o dia todo, porque hoje estou um pouco inspirado, mas só tenho 5 minutos. Para encerrar, eu queria falar, aqui, do Ministério Público, mas não se assustem.

A Bahia assistiu, há poucos dias, a manchete de Campo Formoso, a minha querida base principal, onde eu tive a maior votação do Brasil, proporcional, com muita honra. Então, devo ter algumas qualidades para ter a maior votação proporcional do Brasil. E foi matéria na *TV Bahia* o lixo de Campo Formoso, que o Ministério Público aplicou uma multa de R\$ 10 milhões.

Vejam, todo mundo sabe que o ideal é que todos os municípios tenham a usina de tratamento. Mas vejam, de 5,7 mil municípios no Brasil, em mais de 4 mil os lixões são a céu aberto, como o de Campo Formoso. Só que Campo Formoso saiu na *TV Bahia* como se fosse o pior. Em Campo Formoso, deputado Targino, o lixo é jogado errado, a céu aberto, mas é jogado a 26 quilômetros da sede, o lixo mais distante, sem nenhuma casa num raio de 10 quilômetros, justamente para não causar tanto... Claro que causa impacto ao meio ambiente, mas não tem... Eu quero saber do Ministério Público, porque é fácil opinar sobre o que deve ser feito. Agora, eles deviam dizer onde é que está o dinheiro para fazer a usina de compostagem.

Eu só queria dizer, para encerrar, se você passa em Jaguarari, quem for agora para Petrolina e Juazeiro, o lixo é jogado na frente da rua. Quer dizer, enquanto Jaguarari tira o lixo inteiro, Campo Formoso dá uma viagem de 26 quilômetros, 52 quilômetros para ir e voltar; Pindobaçu jogava na beira da estrada; Itambé, que V. Ex.^a foi votado, na beira da estrada. Resumindo, quase todos, Senhor do Bonfim, uma cidade daquele porte, jogava dentro da cidade, a 1 quilômetro. Então, eu acho que não merecia, minha querida Campo Formoso, ser manchete na *TV Bahia*, quando lá ainda tem uma das melhores, vamos chamar assim, formas de descarte de lixo. E que o Ministério Público diga onde é que está o dinheiro, pois acredito que a maioria dos prefeitos não serão loucos, com dinheiro na mão é fácil você fazer usina, como funciona nas melhores cidades deste país.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente, e colegas deputados. E minha amiga deputada Olívia Santana que eu respeito, mas não concordo com o posicionamento de V. Ex.^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Deputado Adolfo Menezes, conforme sugeriu, consultei o Líder da Minoria, será acatada a sua sugestão. Vamos prorrogar o Pequeno Expediente, proporcionando a possibilidade de todos os parlamentares inscritos fazerem o uso da palavra.

Com a palavra o deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, agora entramos no horário das Lideranças, das representações das Lideranças?

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Não, nós vamos transferir para a próxima sessão.

O Sr. TARGINO MACHADO: Eu imaginei que o deputado Adolfo Menezes tivesse falado no horário do Grande Expediente, não é? 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Como ele ficou preocupado com todos os inscritos que não poderiam falar, e sugeriu, eu estendi o tempo dele por conta da preocupação que teve com os colegas, mesmo tendo sua fala assegurada, para que eles pudessem também falar.

O Sr. TARGINO MACHADO: Eu chego meio tonto à tribuna agora, viu, deputado Adolfo? (pausa) Deputado Adolfo Menezes? Cheguei aqui à tribuna meio tonto, procurando saber em que horário eu ia falar. Se horário das Lideranças, vez que V. Ex.^a acabou de falar no Grande Expediente.

O Sr. Adolfo Menezes: Por bondade de V. Ex.^a. Hoje a sessão está tranquila, eu acredito que tem tempo para todo mundo.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. deputados, Srs. da Imprensa, das Galerias, Srs. Funcionários que nos assistem através da *TV Assembleia*, eu quero, inicialmente, Srs. Deputados, dizer que há controvérsias no pronunciamento do nobre deputado Adolfo Menezes, mas existem também pontos convergentes.

E precisamos fazer a discussão sobre os dois temas que V. Ex.^a trouxe aqui, hoje. Bom que essa provocação chegue num daqueles dias iluminados, onde os Srs. Deputados estejam no plenário, para que possamos discutir sem sectarismos, sem preconceitos, sem opiniões formadas, mas que pudéssemos discutir notadamente respeitando as individualidades e respeitando o outro, a opinião diversa da nossa.

Quero dar ciência, Sr. Presidente, à Casa, de uma indicação que fiz a S. Ex.^a o governador, e peço a V. Ex.^a licença para ler:

(Lê) *“O deputado, abaixo signatário, vem com fulcro no que está exposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa solicitar que seja encaminhado, através da Mesa Diretora, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, a seguinte indicação: ‘Sugerimos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, que, através da secretaria responsável, adote medidas para a extensão da rede de abastecimento de água para os povoados de Lapa e Macambira, no município de Ipecaetá, beneficiando...’* dezenas, senão centenas de famílias. E justifico: (Lê) *“Os povoados de Lapa e Macambira, pertencentes ao município de Ipecaetá, próximos ao distrito de Cavunge, vêm sofrendo com a falta de abastecimento de água e, por este motivo, a população local clama por soluções o mais breve possível”*. Inclusive um *“(...) abaixo-assinado com assinaturas de...”* dezenas de famílias *“(...) foi protocolado junto à Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) e até o momento a citada empresa não ofereceu alternativas para resolver o problema.*

O fornecimento de água é um bem e direito de todos e a população dessas comunidades clamam por soluções urgentes...” à S. Ex.^a o Governador do Estado.

“(...) Faz-se necessária uma ação emergencial para inserção dos povoados de Lapa e Macambira no projeto de extensão da rede de abastecimento de água.

De acordo com a presente indicação, esperamos o acolhimento do Senhor Governador o mais breve possível e com a urgência que pede os moradores dos dois povoados, garantindo uma melhor qualidade de vida para seus habitantes.

Sala das Sessões, 24 de setembro de 2019.

Deputado Targino Machado.”

Sr. Presidente, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) eu quero, inclusive, nas próximas sessões, tratar desta matéria: água potável para as pessoas, não é? É possível até, deputada Olívia Santana, lá na zona rural, se conviver com a falta de energia, mas conviver com a falta de água é um problema de saúde pública, não é?

E na minha cidade natal, São Gonçalo dos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Campos, em fevereiro, fez 1 ano que S. Ex.^a O Governador lá esteve para inaugurar uma ampliação do fórum local e prometeu abastecimento de água, que já viria, segundo ele, em, no máximo, 60 dias depois. Já estamos há 19 meses e são meia dúzia de comunidades sofrendo à míngua de água, não é?

Isto, Sr. Presidente, é uma vergonha.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Eu que agradeço, deputado Targino. E tenho certeza que o pleito de V. Ex.^a será atendido. V. Ex.^a que tem defendido tanto a região de Feira de Santana e as cidades circunvizinhas. Torço que o problema do município de Ipecaetá seja resolvido o quanto antes, e essa indicação que V. Ex.^a traz a esta Casa, para ser levada ao governador do estado, tenho certeza que será atendida o mais rápido possível.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Com a palavra o deputado Marcelo Veiga.

O Sr. MARCELO VEIGA: Sr. Presidente, meu querido amigo, deputado Tiago Correia, colegas deputados, deputadas, imprensa aqui presente, funcionários da Casa, quero deixar aqui registrado, presidente, o meu repúdio a um fato que aconteceu no último dia 15, no estado do Ceará. O Tribunal de Justiça daquele estado, ao elaborar uma prova de concurso público, com a instituição FGV, cometeu uma grande injustiça, um grande ato de preconceito com o estado da Bahia, na qual, numa das questões haveria a seguinte pergunta: “Qual frase mostra uma visão positiva sobre a Justiça?” E em uma das alternativas, para a surpresa nossa, os baianos, existia a seguinte resposta: “*Existem três tipos de justiça: a boa, a ruim e a baiana*”. Isso não existe! Isso é um ato lastimável que aconteceu. Então, eu venho aqui mostrar minha verdadeira irritação sobre isso. Isso não pode acontecer nos dias de hoje. A Bahia tem demonstrado que o tribunal é um tribunal diferenciado. Eu trouxe aqui algumas estatísticas que mostram que o *Relatório Justiça em Números 2019*, divulgado pelo CNJ, classificou o

nosso tribunal como o mais produtivo entre os de médio porte e o terceiro com melhor índice de produtividade dos magistrados.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Paulo Câmara, eu, como advogado, como militante, deixo aqui a minha solidariedade a todos os magistrados, à AMAB, e o meu reconhecimento ao trabalho prestado por todos os membros, todos os funcionários do Tribunal de Justiça da Bahia.

E, seguindo nessa mesma linha, aproveitando a oportunidade, falando ainda da Justiça, gostaria de fazer uma indicação a esse Poder Judiciário, ao qual estou fazendo esse elogio. Também tenho que cobrar, cobrar ao Ex.^{mo} Sr. Presidente, o desembargador Gesivaldo Britto, para que possa apresentar um projeto de lei, que tem que ser feito pelo Poder Judiciário, que vise a elevação da Comarca de Maracás à entrância intermediária, assim, melhorando a vida de todos os municípios de Maracás. A Comarca de Maracás encontra-se numa situação delicada. O município atingiu a marca de mais de 26 mil habitantes e conta com uma extensão territorial de 2,5 mil quilômetros, aproximadamente, com uma receita anual acima de 60 milhões.

Então, peço aqui, Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Gesivaldo, que atenda a esse pleito. É um pleito não só de Maracás, mas é um pleito da população vizinha, do entorno do Vale do Jiquiriçá: que eleve a comarca para a entrância intermediária.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Eu que agradeço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Próximo inscrito, deputado Paulo Câmara.

O Sr. PAULO CÂMARA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, amigos das Galerias, imprensa, TV ALBA, retornando, aqui, a esta tribuna.

Srs. Deputados, quero chamar aqui a atenção – hoje falava na Comissão da Fiol – sobre um assunto que é muito debatido, nesta Casa, que é a Fiol, o Porto de Aratu. Inclusive, o deputado Pedro Tavares fez uma intervenção muito positiva. Mas eu quero mostrar aqui alguns números que trazem uma certa preocupação para esta Casa. Fala-se que a Fiol tem mais de 74% das obras concluídas, o que não procede. Deve ter, no máximo, deputado Pedro Tavares, de 50 a 55%. Até porque uma obra que é realizada e que não é executada carece de manutenção, depois de reforma ou depois de ser refeita.

O segundo assunto que eu quero trazer aqui em relação à Fiol, e que precisa de uma posição desta Casa, é que o que coube ao governo do estado, na parte desse contrato, foi a desapropriação da área final, próxima ali ao Porto de Ilhéus. E acontece, Líder Targino Machado, que esse prazo venceu em julho e, até agora, não há nenhuma sinalização do governo do estado para o efetivo pagamento e sequer conversa com os proprietários. Fiz um levantamento recente: são 40 proprietários ao todo. Fala-se algo em torno de R\$ 30, 40 ou 50 milhões, que cabem ao governo do estado e em nenhum momento o governo sentou para conversar. Essa obra está parada por causa disso, deputado Pedro Tavares. Soube que foi feita uma solicitação por parte do governo à

empresa contratada para prorrogar o prazo até setembro. Setembro vence nesta segunda-feira e até agora nenhum sinal.

A responsabilidade do governo do estado não está sendo cumprida. E esta Casa precisa tomar uma posição porque senão, o que poderá acontecer? Essa licença ambiental demorou 7 anos para ser viabilizada, deputado presidente desta sessão, Tiago Correia. Em fevereiro expira o prazo dessa licença ambiental e eu já soube que o governo do estado irá pedir a prorrogação para desapropriação para novembro, ou seja, empurrando o problema com a barriga. Você não tem uma solução a curto prazo, você não tem nenhuma decisão política executiva por parte do governo do estado para resolver o problema. Não adianta alardear essa propaganda da Fiol, que vai ser a melhor maravilha do mundo, e será, caso ela se realize, caso o governo do estado cumpra a sua obrigação.

Então, é preciso, Líder Targino, saber efetivamente o que há de verdade nisso aí. Porque os relatos que chegaram à minha mesa são os piores possíveis. Alertei hoje na comissão da Fiol, pedi ao presidente, o deputado Antonio Henrique, que chamasse o secretário Bruno Dauster ou que a comissão fosse até ele, porque são dados que trazem muita preocupação a esta Casa. E aqui volto a repetir: não invento número, não estou criando nenhum factóide, estou trazendo a realidade, o extrato da realidade dessa obra tão importante para o estado e que o governo sequer dá uma atenção.

Soube até – em conversas reservadas – que os principais executivos da empresa estiveram aqui se oferecendo ao governo do estado para pagar, e o governo disse que não, que não faria isso, que era responsabilidade dele. O prazo já venceu, a prorrogação do prazo vence segunda-feira e não há previsão. Uma obra dessa, se chegar a fevereiro sem que se dê início, deputado Pedro Tavares – V. Ex.^a que representa tão bem aquela região –, considere-se perdida. Porque para esperar mais 7 anos para outra licença ambiental, amigo, é melhor ir para o saco.

Então trago esse assunto, que é de responsabilidade desta Casa, que precisa ser tocado com muita urgência. É preciso chamar o Executivo. Aliás, deputada Olívia Santana – V. Ex.^a foi minha colega na Câmara Municipal –, esta Casa não tem o prestígio nem o respeito do governador. Disse a V. Ex.^a: a Câmara Municipal é muito mais importante. E está sendo! Você vê que, quando o governador é chamado, vai direto à Câmara; o vice-governador é chamado, vai direto à Câmara. E a Assembleia, que é a Base do Governo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) não merece o respeito, não merece a atenção? É completamente desprestigiada pelo governo do estado.

Então, presidente desta sessão, Tiago Correia, peço a V. Ex.^a que trate desse assunto o mais rápido possível, levando o caso à Mesa Diretora. Porque se o governo do estado – que já pediu pela segunda vez prorrogação do pagamento da desapropriação da Fiol – não aportar o recurso, em fevereiro teremos o cancelamento da licença ambiental e aí Deus sabe o que pode acontecer.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Obrigado, deputado Paulo Câmara.

Com a palavra o deputado Júnior Muniz.

O Sr. JÚNIOR MUNIZ: Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna para me congratular com o meu querido povo da cidade de Camaçari pela passagem dos seus 260 anos. Terra maravilhosa, de uma extensão de praia de quase 50 quilômetros, cidade conhecida pelo seu polo industrial com várias indústrias automobilísticas, é uma das primeiras do Nordeste na área têxtil e na área da borracha. Venho hoje parabenizar aquela grande cidade, Camaçari, que é a segunda maior da região metropolitana.

Presidente Tiago Correia, meu colega, quero dizer que me sinto feliz pois, no dia 28, vamos comemorar, juntamente com o povo de Camaçari, os seus 261 anos. Uma terra maravilhosa. Camaçari de lindas praias, de povo bom, povo trabalhador. Digo sempre, meus caros deputados Pedro Tavares e Paulo Câmara, que é a cidade onde nasceram as tartarugas. Cidade onde tem o Projeto Tamar, onde tem nascedouros de tartaruga, criação de tartaruga, Targino. Lá as tartarugas vivem mais de 250 anos, e digo sempre: quero viver também naquela grande cidade de Camaçari.

Quero que se dê ciência dessa moção de congratulação ao ex-prefeito de Camaçari, deputado federal, ex-deputado estadual nesta Casa, grande líder político daquela cidade, Luiz Caetano, que fez um grande trabalho transformador de Camaçari, que ficou na história daquele povo.

Quero que se dê ciência também, meu caro presidente, a todos os vereadores daquela Casa, em referência ao seu presidente e à nossa queridíssima e competente Ivoneide Caetano, esposa de Luiz Caetano, mulher trabalhadora, que está fazendo um trabalho belíssimo junto com as mulheres de Camaçari. E também aos deputados que passaram por esta Casa: deputado Bira Corôa e deputada Luiza Maia, que foram brilhantes aqui nesta Casa. Quero que se dê ciência dessa moção também a eles, deputado Targino.

Quero agradecer, meu caro Tiago, e dizer que viva Camaçari, viva seus 260 anos, viva o povo trabalhador daquela terra! E vamos trabalhar também por Camaçari, porque esse é o nosso papel de deputado como representante daquela terra.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Muito obrigado, nobre deputado Júnior Muniz.

Convido V. Ex.^a a fazer a condução dos trabalhos nesta Casa para que eu possa fazer uso da palavra.

(O Sr. Deputado Júnior Muniz assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Com a palavra o deputado Tiaguinho. Está aqui registrado como Tiaguinho.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, nobres colegas, imprensa que nos acompanha, servidores desta Casa.

Sr. Presidente, trago hoje a esta tribuna um assunto que aconteceu na última reunião da Comissão de Agricultura, que foi uma audiência pública para discutir a indústria do leite, a produção do leite, o mercado do leite em nosso estado. E é triste ver que o leite continua marcando passos na Bahia.

Os pequenos, médios e grandes produtores enfrentam, em nosso estado, a ausência de uma política pública que os estimule e os favoreça, sabendo que grande parte da produção é de pequenos produtores. Pequenos produtores esses que não têm assistência técnica oferecida pelo governo do estado.

Sabemos que a Bahia produz algo em torno de 1 bilhão de litros por ano, Sr. Presidente, quando existe uma demanda de mais de 1,6 bilhão de litros por ano, fazendo com que a Bahia consuma quase 50% de leite produzido em outros estados, sendo que grande parte é leite em pó, grande parte é leite de caixinha, o leite Tetra Pak, quando na Bahia temos apenas uma indústria, que não vai bem das pernas, que produz o leite Tetra Pak.

Então, é um nicho de mercado imenso, que poderia estar sendo explorado. E o principal problema é a falta da capacitação desses produtores, que não conseguem produzir leite de qualidade que atenda aos requisitos mínimos sanitários para que esse leite possa ser vendido. E aí nós vemos o governo distribuindo mudas de palma, o governo distribuindo muitas vezes reservatórios de leite, que muitas vezes os produtores não têm nem onde botar e terminam colocando em casa de curral, e a gente vê esses tanques de resfriamento muitas vezes sendo utilizados como reservatórios de água.

Não é assim que se trabalha uma cadeia tão complexa; é justamente indo direto na ferida, fornecendo assistência técnica. E a nossa EBDA, que tanto fez pelo estado da Bahia, foi extinta no governo do PT e foram perdidos diversos técnicos, que serviam tão bem ao nosso estado. E eu pensava, Sr. Presidente, recentemente, quando poderia ser recriada a EBDA e fiquei triste ao ver que foi perdido todo um capital humano de técnicos que se dedicavam, que produziam, que geravam conhecimento, disseminavam conhecimento no nosso estado. E hoje, talvez, essa tarefa, se – se – alguém resolver fazer, vai durar muito tempo; porque não se consegue da noite para o dia.

Então, é preciso que o governo do estado tenha uma política clara sobre a produção de leite, sabendo que o leite faz parte das nossas vidas, independente de quem toma ou não toma: o bolo leva leite; o biscoito leva leite; o iogurte é feito de leite; o queijo é feito de leite, deputado Júnior Muniz. Então o leite está presente em nossas vidas, o leite é vida, e nós devemos lembrar que o leite sustenta diversas famílias de produtores rurais que estão no campo, produtores rurais que muitas vezes vêm nos procurar nesta Casa sem saber o que fazer, muitos discutindo o preço do leite quando nós sabemos que o problema não está aí, o problema está além. E o governo não toma nenhuma medida satisfatória que favoreça a esses produtores.

A região de Itapetinga é grande produtora de leite, a região de Conquista, extremo sul do estado, produtores de Potiraguá, da associação que entra em contato com a gente muitas vezes tentando se organizar, e nós não temos uma política clara do governo do estado, não só em relação ao leite, mas em relação a toda a agricultura da Bahia, que hoje está aí perdida, batendo cabeça. E, não fosse a iniciativa dos produtores que conseguem se organizar para dar uma dinâmica a esse setor produtivo tão importante em nosso estado, nós estaríamos ainda pior.

Só para ter um comparativo, Sr. Presidente, a Bahia produziu, no 1º trimestre de 2019, 115 milhões de litros de leite. Isso corresponde a basicamente 1,9% do que foi produzido no Brasil inteiro. Você compara a Bahia com Minas Gerais, e Minas Gerais produziu 25,3% de todo o leite no 1º trimestre...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) no Brasil. Isso é o leite vendido para os laticínios, leite cru vendido.

Então, isso mostra dois estados vizinhos, de tamanho praticamente semelhante, um produzindo 25% e o outro 1,9% – justamente pela falta de incentivo, pela falta de capacitação, pela falta de uma política pública que trate a agropecuária no nosso estado como deveria ser tratada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Com a palavra o deputado Aderbal Caldas. E, como foi acordado entre os líderes quealaria um da Oposição e outro da Situação, logo após o nosso querido deputado Pedro Tavares.

Pelo tempo de 5 minutos, deputado Aderbal.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS: Boa tarde a todos e a todas. Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas, se aqui estiverem próximos.

(Lê) “Hoje ocupo a tribuna para abordar um tema pouco conhecido, porém muito importante, e que tem como personagem central o profissional denominado Tradutor Juramentado. Com certeza, expressiva maioria da população não tem conhecimento sobre essa profissão, pois as pessoas somente são informadas sobre o assunto quando necessitam da indispensável atuação de um tradutor devidamente apto a prestar esse serviço.

Estou aqui também para atender solicitações feitas por empresários que reclamam do número insuficiente desses profissionais para atender a demanda no estado da Bahia.

Podemos mensurar a importância do Tradutor Juramentado através do Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943, que diz: *‘Nenhum livro, documento ou papel de qualquer natureza, que for exarado (redigido) em idioma estrangeiro, produzirá efeito em repartições da União, dos Estados ou Municípios, em qualquer instância, juízo ou tribunal ou entidades mantidas, fiscalizadas ou orientadas pelos poderes públicos, sem ser acompanhado da respectiva tradução feita na conformidade deste regulamento’.*

A tradução juramentada tem validade em todo território nacional, independente do estado de registro do profissional. É importante salientar que o tradutor não só traduz o texto da língua estrangeira para o português como também a versão do português para a língua estrangeira.

De acordo com informações colhidas na Assessoria Jurídica da Junta Comercial da Bahia (Juceb), o último concurso público realizado pelo órgão aconteceu no ano de 2002. Portanto, há 17 anos não são preenchidas as vagas que surgem em razão de falecimentos ou aposentadorias que acontecem com o passar dos anos. Para se ter uma ideia sobre a carência desses profissionais, existem apenas 13 tradutores cadastrados na Juceb, sendo que apenas um traduz textos escritos em francês.

Com o objetivo de solucionar o problema e evitar que o mercado sofra as consequências da falta desses profissionais, estou encaminhando à Mesa Diretora um projeto de lei que estabelece a realização de concurso para a seleção de Tradutor Juramentado com intervalo não superior a 5 anos. É importante destacar que o exercício da função não traz qualquer ônus para o Estado, pois as despesas são pagas pelos próprios clientes.

Agradeço a atenção dos nobres pares e solicito o indispensável apoio ao atendimento desta justa causa.”

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Deputado Aderbal. Com a palavra o deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas aqui presentes, imprensa, Galerias, o presidente Júnior Muniz, presidente interino desta sessão, o município de Ilhéus, o nosso município, o nosso querido município de Ilhéus, amanheceu com uma grande discussão hoje. Essa discussão, foi fruto da decisão do governo municipal de desapropriar uma grande área na zona norte do município para construção de um presídio. Eu não quero entrar aqui no mérito de ser a favor ou contra a construção do presídio, mas, quero me posicionar, contra o local que foi escolhido para a construção do presídio: a zona norte de Ilhéus, à margem da BA-262.

Essa BA, tem um projeto de criação da Estrada do Chocolate, uma estrada para que os turistas, os visitantes, possam conhecer a produção do cacau, a produção do chocolate, conhecer de perto as riquezas da nossa região. E o cartão postal será agora um presídio?

Eu quero me posicionar contra! Posicionar-me contra o governo municipal pela desapropriação. Posicionar-me contra o governo estadual também pela construção desse presídio na zona norte de Ilhéus. Repito: esse é um local turístico, é a porta de entrada dos turistas. Ilhéus merece ter a Estrada do Chocolate, uma estrada que ainda falta seu desenvolvimento efetivo pelo governo do estado. Mas como irá se desenvolver com a construção desse presídio na zona norte?

Eu tenho uma relação especial com Ilhéus, cidade onde passei grandes momentos da minha infância, da minha adolescência, cidade dos meus amigos queridos, da minha família. Eu torço pelo desenvolvimento de toda Ilhéus: zona norte, zona sul, centro.

A zona norte tem sido desassistida pelo governo municipal. E quando se leva uma notícia para a zona norte se leva uma notícia dessa: a construção de um presídio.

Então quero aqui me manifestar contra, dizer que esse presídio vai atrapalhar, sim, a Estrada do Chocolate, que esse presídio será construído, se for construído, num local inadequado. Então, peço aqui a revisão do governo municipal e do governo estadual contra essa atitude.

Ilhéus não merece a construção de um presídio para ser porta de entrada da cidade! Um presídio na zona norte, um local turístico, um local de grande passagem de visitantes, de turistas. Que se converse, que se adeque. Quero me manifestar contra essa decisão, que procurem outro local.

Queria me manifestar também para cobrar, mais uma vez, do governo do estado, pelo tempo aqui que me resta, a recuperação da estrada que liga Jacobina até o município de Mirangaba. São pouco mais de 24 quilômetros que estão em péssimas condições. Estão cheios de buracos, proporcionando, infelizmente, para quem usa aquela estrada, pneus furados, carros quebrados, assaltos, porque as pessoas têm que diminuir a velocidade porque não podem trafegar de uma forma tranquila e com a velocidade adequada.

Já fiz essa indicação ao governo do estado em 2015 e, agora, reitero a necessidade da recuperação da estrada que liga Jacobina a Mirangaba. Alguns tapaburacos têm sido feitos, mas esse tipo de intervenção não cabe mais. Agora é necessária a recuperação efetiva dessa estrada, para que a população de Mirangaba possa trafegar de forma tranquila numa estrada com qualidade. Não é mais possível que fique à mercê de bandidos, à mercê de acidentes, à mercê de quebrar o seu carro durante esse trajeto.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então fica aqui, mais uma vez, a minha cobrança ao governo do estado para a recuperação da estrada que liga Jacobina até Mirangaba.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Deputado Pedro Tavares, só para ressaltar a sua reivindicação ao governo do estado, informo que, na condição de filho de Jacobina e região, protocolamos na Secretaria de Infraestrutura a solicitação dessa recuperação. Tenho certeza de que o governo do estado vai nos atender.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Pedro Tavares: Presidente, peço uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): O.k., deputado.

Atendendo ao pedido do deputado Pedro Tavares, verificamos que não há quórum para a continuidade da sessão.

Muito obrigado à imprensa e a todos os senhores.
Declaro encerrada sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço
<http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.*